



GT 064. Sustentabilidade, Justiça Ambiental e Justiça Social

Doris Aleida Villamizar Sayago (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Alessandro Roberto de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a

Os efeitos e as consequências da crise global ambiental não são vivenciados da mesma forma por todos. Os mais desfavorecidos sofrem de modo desproporcional os efeitos das mudanças climáticas. A proposta deste GT é refletir sobre as relações entre as desigualdades sociais e raciais e as desigualdades ambientais à luz da noção de justiça ambiental. A noção de justiça ambiental busca dar conta tanto das desigualdades na exposição a riscos ambientais (poluição, resíduos, inundações, etc.) quanto da exclusão dos grupos marginalizados e discriminados na concepção e implementação de políticas. Considera as questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, o esgotamento ou a exploração excessiva dos recursos naturais e as diversas formas de poluição, mas sobretudo os efeitos sociais que suscitam. Justiça alimentar, justiça climática e justiça ecológica constituem novos campos de mobilização e de pesquisa. A atualidade e relevância da temática permite agregar trabalhos que discorram sobre movimentos sociais que denunciam as injustiças ambientais e que reivindicam a defesa e o acesso aos recursos naturais; catástrofes ambientais; impactos socioambientais decorrentes das explorações desenfreadas em territórios indígenas; migrações ambientais; a tragédia do Rio Doce; e os efeitos nocivos que geraram para as pessoas excluídas das redes de poder. Finalmente, pretende-se pensar novas estratégias de sustentabilidade nas quais a justiça ambiental seja reconhecida como uma prioridade.

A insegurança hídrica no município de Governador Valadares (MG): O desastre tecnológico de Mariana e o campo de disputas na "guerra dos laudos"

Autoria: Alessandra Dale Giacomini Terra, Napoleão Miranda Andreza Aparecida Franco Câmara

O rompimento da Barragem de Fundão, integrante do sistema da Mineradora Samarco, empresa de capital fechado controlada pela BHP Billiton Brasil Ltda. e pela Vale S.A, em 05 de novembro de 2015, resultou não só na Tragédia de Mariana, destruindo o Subdistrito de Bento Gonçalves (MG) e culminando na morte de 19 pessoas, além de prejuízos patrimoniais estimados em R\$ 100 (cem) milhões, como resultou na também trágica contaminação do Rio Doce. Os 55 (cinquenta e cinco) milhões de metros cúbicos de rejeitos liberados pelo rompimento atingiram o rio percorrendo cerca de 820 km de extensão e atingindo mais de 1,5 milhões de pessoas, afetadas direta e indiretamente. O presente artigo pretende analisar um dos conflitos socioambientais decorrentes do desastre tecnológico supracitado, a insegurança hídrica da população valadarense, considerando o desastre tecnológico (ZHORI, 2016) como categoria analítica para compreender os espaços de apropriação material enquanto luta direta na distribuição do poder material e simbólico (BOURDIEU, 1989) e das representações culturais, que legitimam os embates travados entre os atingidos e o empreendedor (ACSELRAD, 2004), em face "guerra dos laudos" existentes entre as mineradoras, a empresa de Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Governador Valadares e de consultores independentes, acarretando disputas simbólicas e incertezas sobre a questão hídrica. A metodologia qualitativa empregada consiste em revisão de literatura, análise de dados fornecidos pelos órgãos e operadores oficiais, entrevistas semiestruturada com diversos atores locais, incluindo membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Sindicato de Trabalhadores Rurais, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e do Diretor Geral do SAAE e, por fim, a partir da observação da audiência pública realizada em 2018, considera-se o cenário de tensão e de disputa por meio dos discursos oficiais e



comunitários sobre a salubridade e (in)segurança hídrica para a população local.

[Trabalho completo](#)

A vida no morro enquanto o desastre não acontece: faces da injustiça socioambiental na cidade do Recife-PE

Autoria: Flora Clarissa Cardim Pimentel

Durante o período chuvoso, os diferentes níveis do impacto das chuvas para moradores de diferentes regiões da cidade do Recife é o reflexo da injustiça e do racismo ambiental praticados a partir do descaso do poder público para com a população. O racismo ambiental faz com que a população pobre, que mora nas áreas com precária infraestrutura urbana, esteja cotidianamente exposta a desastres e riscos socioambientais, tais como: alagamentos, enchentes e deslizamento de barreiras. A partir da pesquisa de mestrado, cujo work de campo foi realizado em 2017, no bairro do Alto José Bonifácio, situado na zona norte da cidade do Recife (PE), busco aqui reunir algumas reflexões acerca das consequências deste descaso para as relações familiares e entre moradores das áreas de morros, que convivem, com o risco de deslizamento de barreiras em seu dia a dia. Compreendendo que a omissão do poder público e a precarização do espaço de moradia constituem formas de forçar a expulsão ou o despejo dos cidadãos das áreas de morro, nesta pesquisa, as estratégias lançadas pelos moradores para persistirem nestas áreas foram reveladas como práticas de resistência postas na contemporaneidade, quando o despejo e a expulsão se dão de forma não declarada. A ausência do Estado na garantia da segurança à moradia acarreta na responsabilização dos próprios indivíduos sobre o provimento e o cuidado com suas casas. Assim, a transferência da responsabilidade do poder público para os indivíduos se constitui no processo de individualização, compreendido aqui como um reflexo de processos globais sobre o local. Em linhas gerais, foi possível apreender com a pesquisa que, para os moradores que vivem em contexto de risco de desastre, as relações de parentesco e a vizinhança se constituem nas redes mais importantes diante de um acontecimento desastroso. A família é a principal instituição que supre as necessidades dos indivíduos atingidos por um desastre e os vizinhos conformam-se em uma rede fundamental no momento do socorro, de assistência, abrigo de curta duração e na reconstrução das moradias. A responsabilização, a culpabilização e até a competição entre os moradores são identificadas como as consequências mais perversas da ausência do Estado, uma vez que a (auto)responsabilização escamoteia a dimensão política do desastre nas áreas de morro. Ademais, quando o deslizamento de barreira é iminente, mas não acontece, nos deparamos com o outro lado da perversão: a dinâmica familiar passa a girar em torno do pior que pode acontecer?, modificando dramaticamente o cotidiano das pessoas que vivem em áreas suscetíveis a desastres.

[Trabalho completo](#)

Acumulação por espoliação e a produção das injustiças socioambientais: tecendo teias de debates

Autoria: Gudo Bai Armando Maidjelele, Edgar Manuel Bernardo Lucas Alberto Nerua José Augusto Drummond

O Sul global, em particular o continente africano, após longos séculos de colonização, seguido de independências conquistadas a partir dos finais da década de 50 do século passado, presencia na atualidade a reconfiguração do imperialismo que se manifesta pelos processos da acumulação por espoliação camuflada pela ideologia do desenvolvimento. Empresas transnacionais expandem-se pelo continente pilhando bens naturais, causando pesados ônus na população que é desapropriada de terras, perdendo todos os meios de



reprodução socioeconômica, política, espiritual, cultural, para além de receber uma grande sobrecarga dos impactos ambientais. Entretanto, o debate em torno dessas questões, quando não é ausente, é pusilânime no contexto moçambicano. É partindo desta constatação que o presente texto almeja tencionar debates que tenham a questão das injustiças ambientais, notabilizadas no contexto da acumulação por espoliação levada avante pelo capitalismo globalizado em simbiose com os Estados nacionais, na centralidade. Só assim, é possível caminhar rumo à justiça ambiental.

Burocracia no contexto de conflitos ambientais: um caso de ECI.

Autoria: Luana Rosado Emil

Meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento são conceitos que dominam a política no último meio século. Tais noções repercutem na criação de burocracias estatais e instrumentos de governo. No caso, brasileiro, um exemplo disso são os “instrumentos” criados pela Política Nacional de Meio Ambiente, dentre eles, a determinação de “avaliação de impactos ambientais” e “o licenciamento”. Tais “instrumentos” normatizados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, ganham técnicas, parâmetros e diretrizes específicas para sua efetiva realização. Resoluções e instruções normativas tornam-se neste contexto ferramentas aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). Desde 2015, a esse contexto integra-se a participação de outros atores para além do Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA e o CONAMA, ao menos do ponto de vista do processo administrativo. A Portaria Interministerial nº 60 estabelece “procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA”, com foco na atuação do Ministério da Saúde, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, da Fundação Cultural Palmares- FCP e Fundação Nacional do Índio - FUNAI no processo de licenciamento ambiental. A portaria institui o “componente indígena”, e propõe um Termo de Referência Específico, estabelecendo que a equipe básica do Estudo de Componente Indígena (ECI) deve ser composta por no mínimo: “1 profissional bacharel em ciências sociais com pós-graduação stricto sensu em antropologia, que preferencialmente tenha: i) atuação anterior em processos de licenciamento ambiental e avaliação de impactos socioambientais; ii) experiência com as etnias em foco”, além de mais dois profissionais, um especialista em ictiofauna e outro com formação acadêmica nas áreas de ciências ambientais. Nesse contexto, burocracia e ciência se encontram, talvez, na mesma forma que o meio ambiente e o desenvolvimento, e mais adiante a natureza e a cultura. “Instrumentos”, “resoluções”, “diretrizes”, “ferramentas”, “instruções”, “impactos” são parte do léxico formado nesse encontro. Somam-se ainda “obras” e “infraestrutura”, palavras que ecoam o sentido de concretude. A densidade de tais expressões se vincula ao horizonte normativo das práticas a elas associadas, em especial, a ação de avaliar impactos. Busco refletir sobre a burocracia no contexto de conflitos ambientais, à luz da noção de justiça ambiental, processos de governamentalidade do ambiente, de povos, da infraestrutura e especialmente da ciência. A partir de um caso de Estudo de Componente Indígena, realizado com etnias da Amazônia, decorrente de um empreendimento rodoviário.

Crise ecológica e sustentabilidades emergentes no sul global: o caso de ecovilas na Mantiqueira

Autoria: Fernando Firmo Luciano

Para esta comunicação minha proposta é descrever de que formas específicas processos globais relacionados



à crise ecológica são experimentados em contextos locais, no sul global, na construção e gestão de ambientes mais sustentáveis, e a um só tempo, pretendo ressaltar importantes contribuições epistemológicas ao lidar com a literatura sobre uma emergente categoria discursiva na atualidade, 'ecovila?', e seu lugar nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidades. Interessa-me ainda refletir em que medida ecovilas localizadas no sul global (no Sul de Minas Gerais, Serra da Mantiqueira), fundadas como espelhos das presentes no norte global, colocam em prática e em movimento os grandes princípios da Global Ecovillage Network-GEN, da Permacultura e o compromisso com a sustentabilidade para além de sua ideia básica de suficiência ao se tornar um modelo, laboratório de ações e de práticas visando alcançar um público bem mais amplo em seus ideais de transformação societária.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO. Uma perspectiva etnográfica dos impactos socioambientais no Litoral Sul da Paraíba.

Autoria: Roméria Santana da Silva Souza, Alcía Ferreira Gonçalves

O Litoral Sul da Paraíba está passando por um processo de mudança com o advento de novas fábricas de cimento. Esta região foi nomeada de Polo Cimenteiro da Paraíba, pois já havia três fábricas instaladas na área, desde antes de 2011, ano que foi identificado uma jazida de calcário, principal componente do cimento. A partir desta constatação outras empresas se interessaram por implantar suas unidades fabris nas cidades que compõem este polo (João Pessoa, Conde, Alhandra, Pitimbu e Caaporã) e com isto uma nova dinâmica local se instaurou. Diante disto surge uma problemática, pois este contexto também é habitado por povos e comunidades tradicionais, o que trás a tona como estes povos tem lidado com estas transformações. Assim, emergiu inquietações para pensar algumas questões que passaram a nortear este estudo, dentre elas: □ Estariam os projetos de desenvolvimento desenhados de cima para baixo, ou seja, pelo Estado sem a consulta popular? □ A implantação deste polo industrial potencializa na prática quais modelos de desenvolvimento? □ O que mudou no aspecto socioambiental a partir da implantação das fábricas de cimento? Buscar-se-á analisar, a partir da noção do Povo Indígena Tabajara, os impactos socioambientais e culturais decorrentes da implantação de empresas de grande porte no município de Conde e seu entorno. Para tanto pretendemos: □ levantar quais são os impactos da implantação do Polo no cotidiano das famílias que vivem da agricultura familiar e da pesca, e principalmente para os indígenas Tabajara? □ se há diálogos entre as comunidades tradicionais e as empresas? □ como dialogam a tradição e o capitalismo? □ mapear (georreferenciar) a área de estudo e □ historicizar o processo de implantação do polo cimenteiro. Em se tratando do percurso metodológico, por se tratar de uma perspectiva etnográfica, quando no campo negociarei as melhores estratégias para condução do estudo. Entretanto, a partir das narrativas escreveremos, inscreveremos o discurso social, o anotando, tornando o dito um relato que pode ser consultado sempre que necessário, conforme a descrição densa, numa interpretação de segundo plano por sobre o ombro do nativo, a luz de Clifford Geertz. A pesquisa terá como universo amostral famílias indígenas Tabajara da Aldeia Gramame e a delimitação da amostra deste universo se dará a partir de um levantamento de dados populacionais. Tendo em vista que no ano de 2011 se constatou a existência de uma mina de calcário neste território, o recorte temporal se dará a partir desta data até os dias atuais.

[Trabalho completo](#)

Desigualdades socio-ambientales y crisis ecológica en el marco del extractivismo de oro

Autoria: Laura Barona Vallejo



Resumen: el presente artículo discute las promesas del extractivismo de oro a partir del análisis de la economía ecológica y la ecología política latinoamericana, con el fin de: primero, dar cuenta de las desigualdades socio-ambientales que se generan a raíz de las extrahecciones vinculadas a dicha práctica; segundo, resaltar la necesidad de generar pensamientos críticos e interdisciplinarios, que debatan sobre las iniciativas eco-capitalistas y se encaminen a elaborar propuestas orientadas hacia la justicia ambiental

[Trabalho completo](#)

Direito à cidade, sustentabilidade e Justiça social: reflexões contextuais a um município do interior cearense

Autoria: Francisco Mário de Sousa Silva, Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar (UFCA, Brasil) Eric Pierre Sabourin (UNB, Brasil)

Os atuais paradigmas que compreendem o espaço urbano ensejam reflexões que considerem a compreensão integrativa do direito à cidade, sustentabilidade e justiça social. Nesse contexto, a pesquisa objetivou compreender a aplicação dos conceitos, a partir do espaço urbano de Juazeiro do Norte, município integrante da Região Metropolitana do Cariri, localizado no interior do estado do Ceará. Para tanto, utilizou-se de pesquisa participante, pesquisa de campo e estudos bibliográficos, no período entre 2016 e 2018. Os dados coletados foram avaliados sob a perspectiva qualitativa do work científico. Os resultados apontaram fatores pertinentes à compreensão histórica e atual do município que fundamentou o estudo, principalmente diante do crescente quadro de crescimento da população e dos fatores geradores de exclusão, degradação ambiental e práticas contrárias à justiça social. Por meio desse contexto, salienta-se a pertinência de articulações avaliativas que considerem as temáticas: direito à cidade, sustentabilidade e justiça social, como instrumentos de promoção de práticas integrativas de desenvolvimento territorial sustentável, considerando características contextualizadas ao município pesquisado.

[Trabalho completo](#)

Impactos socioambientais do espraiamento urbano sob áreas rurais periurbanas e em suas populações

Autoria: Caio Pinheiro Della Giustina

O Distrito Federal é uma das regiões metropolitanas brasileiras que apresenta uma das maiores taxas de crescimento populacional do Brasil. O processo de crescimento da cidade, apoiado no incremento populacional, tem alterado a configuração espacial pois se demanda constantemente áreas de moradia para absorver tal contingente. Nesse movimento surgem várias problemáticas das mais diversas ordens: ambientais, sociais, econômicas, institucionais, administrativas, que comprometem processos de planejamento territorial e alteram a relação homem natureza. O objetivo desse estudo é analisar como o espraiamento urbano recente tem afetado uma parcela considerável da população rural do Paranoá a partir de um pequeno estudo de caso. Partimos do pressuposto que as relações sociais se realizam, concretamente, enquanto relações espaciais e que a análise do espaço é capaz de revelar muito sobre o processo de produção/reprodução da sociedade. Nesse sentido, veremos como o crescimento urbano e populacional do Paranoá tem provocado mudanças nas relações sociais. Interessa-nos avaliar os impactos socioambientais e suas consequências na reelaboração das dinâmicas rurais da população local. Finalmente, são apontadas possibilidades teóricas no sentido de se pensar um crescimento urbano e uma transformação rural economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente equilibrados.



Impactos socioambientais na região do município de Santa Isabel do Rio Negro

Autoria: Suliete Gervásio Monteiro

A região do rio negro é rica em diversidade biológica, cultural, linguística e agrícola, tendo sido reconhecida como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atualmente, no cenário nacional, o Rio Negro tem despertado interesse de empresários das mais diversas áreas, como a pesca esportiva e de empresas mineradoras, que disputam espaço e riquezas com garimpeiros, madeireiros e pescadores ilegais nas terras indígenas. Essa disputa por espaços e recursos, muitas vezes, significa a invasão de territórios pertencentes aos povos indígenas, criando conflitos socioeconômicos relevantes. Embora seja importante para o crescimento econômico e tecnológico do país, a atividade minerária está inserida num contexto que confunde crescimento econômico com desenvolvimento sustentável sem, no entanto, considerar a diversidade cultural, ambiental e valores sociais. O município de Santa Isabel do Rio Negro está localizado na região do médio Rio Negro entre os municípios de Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. Além da diversidade de povos indígenas, na área do município de Santa Isabel do Rio Negro há oito terras indígenas (TI's) e existem 44 comunidades e vários sítios às margens do rio negro e seus afluentes onde habitam povos Baré, Baniwa, Piratapuaia, Desana, Tariana, Tukano, Nadëb e mais 17 aldeias Yanomami; cada comunidade tem sua forma de organização, cultural, social e política. O objetivo desse estudo é descrever e avaliar os impactos ambientais, sociais e culturais advindos da atividade mineradora sobre povos indígenas que residem às margens do médio Rio Negro, área pertencente ao município de Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Como metodologia de work foi realizada uma pesquisa social no município de Santa Isabel do Rio Negro com a intenção de identificar como a população e as lideranças indígenas locais lidam com a questão da atividade minerária na região. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semi-estruturados para coletar informações diretamente dos entrevistados. Como resultado parcial, após considerar a avaliação e a percepção da população local e das lideranças indígenas e de acordo com a perspectiva da justiça ambiental, a pesquisa concluiu que a atividade mineradora na região deveria se comprometer não somente em maximizar o uso dos recursos minerais e os ganhos econômicos, mas também deveria contribuir para um modelo de desenvolvimento sustentável capaz de gerar e distribuir capital e tecnologia assegurando, principalmente, a salubridade ambiental, durante todo o processo minerador. Além disso, a atividade mineradora deveria levar em conta a dinâmica social, histórica das comunidades locais, sobretudo tratando-se de terras e povos indígenas.

Justiça Ambiental e bem comum em questão: mineração, populações e água em Barcarena (PA)

Autoria: Amanda Mesquita Cristo, Amanda Mesquita Cristo Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Neste work trazemos como objeto de discussão, pela perspectiva da justiça ambiental, o acesso e a gestão da água, enquanto um bem comum, no município de Barcarena (PA) em contexto marcado pelas atividades de mineração da Hydro Alunorte, conhecida como a maior refinaria de bauxita do mundo. Atividades essas, consideradas como poluentes em grau elevado resultam em alterações significativas no ecossistema, nos modos de vida, nas práticas econômicas e culturais de comunidades agricultoras, extrativistas e pescadoras. À luz da noção de justiça ambiental e do uso social dos recursos territoriais, em meio aos quais se destaca a água, o objetivo aqui é refletir sobre os desafios postos ao acesso dos recursos e as respostas em termos justificativas, de mobilizações e ações das populações enquanto resistências, confrontos e negociações com a



mineradora, ator cuja atuação é reveladora da apropriação privilegiada de bens comuns, cujo ônus em termos de desestruturação socioambiental tem sido pago pelas comunidades. Defender-se da injustiça colocada quanto à distribuição desigual dos riscos e prejuízos socioambientais a partir da contaminação das águas pelas atividades industriais, é o que leva à denúncia e enfrentamentos em Barcarena realizados pela Cainquiama (Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia), cuja dinâmica social e política vem sendo acompanhada através de pesquisa empírica, documental e bibliográfica. Resultados preliminares demonstram a ausência dos poderes públicos na realização de uma gestão dos bens comuns adequada à garantia do bem estar das populações cujas relações com o território contribuem para o seu equilíbrio ecossistêmico, ao contrário dos efeitos deletérios das atividades mineradoras, comumente identificadas com o progresso e o desenvolvimento, a modernidade e o crescimento econômico, cujos benefícios, ainda que existam, não são alcançados, pelas populações caboclas, indígenas ou quilombolas.

[Trabalho completo](#)

Karôcan e Cryh : sobre o rio e as pedras

Autoria: Juliana Martins Pereira

O território indígena Governador fica no sul do Maranhão, aonde vive um dos biomas mais ameaçados do Brasil. A transamazônica é residência dos Pyhcop Catij Gavião e dos Guajajaras Teneteharas, e possui a peculiaridade do encontro do cerrado com a Amazônia, tendo assim chapadas e florestas em sua constituição. A região se localiza em Amarante do Maranhão, e hoje sofrem dois grandes impactos ambientais: A barragem do rio Tocantins e a Ferrovia Carajás coordenada pela Vale do Rio Doce na maior extração de nióbio do mundo. A proposta deste artigo é questionar a aplicação do termo impacto indireto em laudos, quando a vida das comunidades indígenas convivem com mudanças ambientais causadas por grandes empreendimentos. Em um segundo momento, serão abordadas duas consequências graves de uma nova estrada autorizada pelo governo do Maranhão, sem um diálogo com as comunidades citadas. A estrada passará sobre o Rio Batalha, local que gerou tensão na revisão da demarcação ainda em curso, e agora o rio será afetado por outro empreendimento, junto com seres tão-humanos que habitam o local. Neste ponto busca-se relacionar materialidades e memórias ao rio, expondo a injustiça praticada pelo apagamento de ontologias diversas.

[Trabalho completo](#)

Mapa do conflito no Território Tradicional Pataxó e gestão ambiental participativa

Autoria: Samara Carvalho Santos

Dentre os inúmeros conflitos e problemáticas enfrentadas pelos povos Indígenas do Brasil, existem aqueles que dificultam o gozo e usufruto de suas terras tradicionais, e nessa senda há de se ressaltar que para além dos recorrentes casos de conflitos que muitas vezes envolvem as comunidades indígenas e a invasão de suas terras por mineradores, madeireiras, latifundiários, bem como a remoção desses povos dos seus territórios tradicionais para a construção de hidrelétricas, estradas e ferrovias, há também um outro problema que tem afetado essas populações, o qual consiste na sobreposição de unidades de conservação (UC) sobre as terras indígenas (TI). Para melhor elucidar essa problemática, o presente work abordará a luta do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia, mais precisamente o conflito entre o Território Tradicional Pataxó de Barra Velha e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP) que é uma Unidade de Conservação (UC) e ainda a



gestão compartilhada do Parque.

[Trabalho completo](#)

Nova cartografia social da diversidade biocultural no Médio São Francisco e sua contribuição à justiça ambiental

Autoria: Ana Paula Glinfskoi Thé, Felisa Cançado Anaya Andréa Maria Narciso Rocha de Paula Carlos Alberto Dayrell Elisa Cotta de Araújo Adinei Almeida Crisóstomo Lilian Maria Santos Sergio Leandro Souza Neves

Este work relaciona-se as atividades de pesquisa-ação desenvolvidas na região da bacia média do rio São Francisco, no âmbito da Nova Cartografia Social que vem sendo executada pelo Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central (UEMA, UFPA e UNIMONTES) junto a comunidades tradicionais ribeirinhas. As comunidades estudadas se auto identificam como comunidades vazanteiras (comunidade Pau de Léguas) e quilombolas (Comunidade Buriti do Meio) do trecho mineiro do Rio São Francisco. Se encontram atualmente ocupando pequenas extensões de seus territórios originais, devido ao histórico de encurralamento e degradação ambiental provocado pelo avanço sobre seus espaços de vida de propriedades privadas do agronegócio, ou ainda, devido a expulsão pela propriedade pública estatal, na forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tal projeto busca com a autoprodução das cartografias por estas comunidades apoiar a reversão dessas assimetrias, resultantes na atualidade principalmente do projeto de desenvolvimento econômico impetrado pelo Estado Brasileiro na referida região, baseado no incentivo financeiro ao agronegócio exportador de commodities e à criação de unidades de conservação compensatórias a degradação ambiental resultante deste mesmo projeto desenvolvimentista. Assim, pode-se concluir que, em oposição à apropriação do lugar pelo capital global que desterritorializa e o transforma em um não-lugar, observamos no norte de Minas Gerais, projetos alternativos de desenvolvimento, formas de resistência e articulação política dos movimentos de territorialização da região enquanto um contra-poder político frente a doxa hegemônica do campo ambiental e agrário. Pode-se pensar em um novo paradigma, combinando ciência, movimentos militantes e um repertório de saberes específicos próprios das realidades localizadas, na acumulação de um capital de conhecimentos que garanta acessos à direitos humanos e territoriais, pautados num modelo de gestão comunitária justo, que possibilite acesso à natureza, seu uso sustentável e conservação. Ainda, a partir das aprendizagens do processo de pesquisa-ação da nova cartografia social, ressalta-se a importância de processos de interação social e política prévios e/ou continuados entre atores, pesquisadores e pesquisados, para a garantia de diálogo e aproximação de olhares sobre a realidade social, que contribua para a mobilização política e a visibilização dos grupos, de suas identidades, territorialidades e modos de vida.

O conceito de justiça socioambiental e a experiência de produção de sementes do MPA

Autoria: Suenia Cibeli Ramos de Almeida

A perda da agrobiodiversidade representada pela substituição das sementes crioulas por sementes transgênicas e híbridas nos sistemas agroalimentares dos camponeses pode ser caracterizada como um efeito não apenas de injustiças socioambientais atuais, mas sobretudo resultado de um legado histórico do conflito socioambiental fundador da concentração de terra no Brasil. O presente work objetiva analisar como essas injustiças socioambientais são instaladas e perpetuadas por meio da experiência do Movimento de Pequenos Agricultores MPA/Brasil - com a produção de sementes crioulas e convencionais operacionalizada, no período de 2004 a 2014, no estado de Santa Catarina. A pesquisa de campo foi realizada nos anos de 2015 e 2016 com camponeses, dirigentes do MPA, pesquisadores e gestores envolvidos no processo por meio



de entrevistas e visitas in loco na experiência. Desse processo pode-se concluir que o legado da concentração de terra no país permanece como um dos principais conflitos socioambientais atuais, aprofundado por uma matriz tecnológica excludente que mantém e reforça os condicionantes para uma justiça socioambiental no campo.

O conflito pela água em Correntina (BA): história e narrativas em disputa

Autoria: Gabriela de Souza Carvalho, Doris Aleida Villamizar Sayago

Observa-se, recentemente, a ocorrência de uma série de disputas em torno do uso da água na América Latina, das quais o caso da 'guerra pela água' na Bolívia, em Cochabamba, nos anos 2000, é um exemplo emblemático. No Brasil, mesmo com as mudanças sugeridas a partir da reforma da gestão da água nos anos 1990, propondo uma gestão de águas descentralizada, integrada e participativa, ainda persistem os conflitos em torno do uso da água, como exposto no Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que ocorreu no mês de março do ano de 2018, em Brasília. Um dos casos expostos no FAMA foi o conflito pela água em curso na cidade de Correntina (BA), que está judicializado. Em novembro de 2017, movimentos que atuam no município denunciaram o consumo desproporcional de água de duas fazendas da região por meio de ocupação e destruição de equipamentos. O desaparecimento de nascentes e diminuição da vazão de rios têm sido denunciados pela população desde 2015. Dados divulgados pela Agência Nacional de Águas (ANA) confirmam uma redução de aproximadamente 30% na vazão do Rio Corrente nos últimos 30 anos. A história de ocupação de terras na região conta que há séculos as comunidades camponesas tradicionais de Fecho de Pastos têm permanecido ali, resistindo ao tempo e convivendo com o cerrado por meio da utilização coletiva da terra, criação do gado solto e cultivo de plantas medicinais e alimentícias, que mais do que um meio de produção é um modo de vida. No entanto, desde os anos 1970, com o avanço da grilagem e a expansão do agronegócio no Oeste da Bahia, os conflitos entre fazendeiros e camponeses têm se multiplicado. Nessa dinâmica pela disputa de terras está a questão do conflito em torno do acesso à água, que é agravado pelas mudanças climáticas, mas causado principalmente pelo alto consumo de água destinada à irrigação das fazendas do agronegócio. Essa situação, além de prejudicar a população de Correntina como um todo, dificulta muito a reprodução social das comunidades tradicionais de Fecho de Pasto, no entanto, o Estado continua a autorizar as outorgas de uso das águas da região para irrigação, a despeito das recomendações do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Corrente. A partir das contradições apresentadas e entendendo como fundamental tanto a reconstrução histórica como a observação da disputa de narrativas para a compreensão do conflito pela água em Correntina, este work tem como propósito investigar o seu histórico e identificar e analisar as narrativas que o conformam. Para tal, partimos dos conceitos de justiça ambiental e desenvolvimento sustentável, desenvolvendo um estudo teórico e prático, que envolve a investigação documental e de dados secundários e a realização de visita a campo.

O gerenciamento do lixo eletrônico no Gana e seus impactos socioambientais

Autoria: Gbedemah Edem Stephen

A fabricação de equipamentos elétricos e eletrônicos (EEE) é uma das atividades em nível global que mais cresce segundo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. Dentre os motivos para essa expansão estão o rápido crescimento econômico, a urbanização e a crescente demanda por bens de consumo. O Gana é um dos países importadores de lixo eletrônico que tem praticado uma política de gerenciamento desse lixo cujas consequências socioambientais têm impactado de modo negativo a população e o meio ambiente do país. Parte da população de baixo poder aquisitivo hoje encontra no lixo eletrônico uma forma estável de renda trabalhando como técnicos, reparadores e catadores. O objetivo deste



work é analisar os efeitos e as consequências das políticas de gerenciamento do lixo eletrônico no Gana. Em um primeiro momento, mostraremos como os componentes químicos perigosos do lixo eletrônico têm impactos adversos nos ecossistemas e na saúde humana. Em seguida, avaliaremos as políticas implementadas para o gerenciamento desse lixo. Finalmente, veremos que ainda existem muitos desafios para que as metas de desenvolvimento sustentável sejam alcançadas.

O povo indígena Juruna da TI Paquiçamba Grande atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte: conflitos socioambientais e processos de re-existência.

Autoria: Roberta Amanajás Monteiro, Roberta Amanajas Monteiro

O artigo debate a implementação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu na Amazônia brasileira e seus impactos nas práticas tradicionais do povo Juruna da Volta Grande, a partir da teoria decolonial. O povo Juruna da TI Paquiçamba vive no beiradão do rio Xingu, a jusante do barramento principal, e tem suportado transformações cotidianas e radicais em suas relações tradicionais com o meio ambiente. A construção da hidrelétrica data de um contexto de crise climática mundial com consequências civilizatórias e um acelerado processo de financeirização econômica e ambiental, em que os projetos desenvolvimentistas que estiveram em curso na América Latina, especialmente no primeiro decênio do século XXI, reposicionam os debates e as práticas de direitos humanos e da natureza dos povos indígenas no âmbito do sistema mundo colonial/moderno. Duas tensões estão em disputa: a do capital, que nega a ocupação do espaço, seus usos e relações o território e a do povo Juruna, que re-existe com suas formas de vida tradicional e relação com o ambiente. Em consequências, configura-se um contexto de violência e de conflito ambiental em que os povos indígenas reivindicaram o reconhecimento e o exercício de seus Direitos, dando novos sentidos e concretude.

Os conflitos da governança no licenciamento do projeto de mineração Minas-Rio e no desastre da Samarco

Autoria: Marcos Cristiano Zucarelli

O objetivo do work é investigar as tecnologias de gestão de conflitos e de crises adotadas em dois projetos de mineração existentes em Minas Gerais, Brasil. O primeiro, do grupo Anglo American, é conhecido como Minas-Rio, um dos maiores complexos mineradores do mundo. O segundo, refere-se a barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, da empresa Samarco, internacionalmente conhecida pelo rompimento que ocasionou o maior desastre socioambiental no país. Através da abordagem etnográfica dos encontros de negociação e mediação entre as comunidades locais, corporações e funcionários do Estado, procuramos examinar os efeitos dessas tecnologias políticas. Como resultado, percebe-se por meio da pacificação de conflitos em contextos de desregulamentação, que a ênfase nos acordos contribui para diminuir e deslegitimar as reivindicações locais e suas próprias práticas políticas. Enquanto atingidos são ressarcidos parcialmente em seus direitos, através do processo assimétrico de negociação, os empreendimentos têm, além da redução dos custos das indenizações, a continuidade de seus projetos assegurada juridicamente pelas práticas de governança instituídas.

[Trabalho completo](#)

Os índios tuxá na rota do desenvolvimento: violações de direitos

Autoria: Antonio Fernandes de Jesus Vieira



Este work é um estudo de petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), apontando todo o processo territorial dos indígenas Tuxá de Rodelas, desde os primeiros anos de contato, mostrando que ao longo desse período, fomos submetidos a diferentes frentes de violência, características dos processos da remoção da cidade de velha Rodelas, em razão da construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica, que inundou parte do nosso território - incluindo a aldeia e a última ilha em nossa posse das mais de trinta que possuíamos ? bem como o processo de luta pela conquista e demarcação de nossa terra. Nós Tuxá, desde nossa remoção da velha Rodelas, na década de 80, em razão do atabalhado processo de reassentamento realizado pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), somos índios sem terra, lutando pela aquisição e demarcação de nosso território há mais de 30 anos, sendo nosso direito negado sob a alegação de não estarmos em território de ocupação tradicional. Mesmo com a remoção da velha para a nova Rodelas, nos Tuxá permanecemos no mesmo território que habitamos há mais de 400 anos, fato este fundado nos aspectos da posse indígena, uma vez que esta não se limita ao local das habitações e roçados, abrangendo uma área de reprodução física e cultural, bem como religiosa. Neste work, fizemos um levantamento histórico e legal, objetivando demonstrar a permanência e o direito dos Tuxá ao nosso território ancestral

Povos Indígenas como Novos Deslocados Ambientais: A necessidade de Revisionismo no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Autoria: Luana Menezes Lira

As alterações ambientais sejam naturais ou antrópicas tem de maneira elevada obrigado indivíduos ou grupos sociais a deixarem seu local de origem em busca de melhores condições para terem uma vida digna. Contudo, as pessoas inseridas neste processo atual não possuem uma proteção específica do Direito Internacional, e nenhuma forma de categorização. Essa realidade tem sido vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, que por ainda não possuírem uma legislação específica para o tratamento de seus direitos, sofrem com processos ambientais que comprometem a sua vida em seus territórios tradicionais, o que resulta no deslocamento. Cabe ressaltar a necessidade de uma ampla conscientização do indivíduo, da sociedade internacional e dos Estados Nacionais para restaurarem o equilíbrio e a segurança nas relações socioambientais, a fim de estabelecer um compromisso com a atual e com as futuras gerações. Para o desenvolvimento do work foi realizada em uma pesquisa bibliográfica, trabalhando com autores consagrados da área das Relações Internacionais.

Povos indígenas isolados na Amazônia Ocidental: empreendimentos que impactam territórios de indígenas isolados na fronteira do Acre e Peru

Autoria: Igor Silva de Sousa

A finalidade desta comunicação é trazer para reflexão os avanços de grandes empreendimentos de infraestrutura que avançam sobre os territórios de indígenas em situação de isolamento voluntário ou de recente contato na região da Amazônia Ocidental, que compreende grande parte da fronteira do estado do Acre com o Peru. Atualmente essa região da floresta amazônica concentra um dos maiores índices de povos indígenas em situação de isolamento voluntário e de recente contato do mundo. Estes povos constituem grupos que encontraram na faixa de floresta que compreende essa fronteira, um refúgio contra os avanços colonizadores e os massacres resultantes dos ciclos de exploração de borracha, buscando assim manter seus modos de vida tradicionais e a integridade sociocultural que os constitui como povos etnicamente diferenciados. Estes povos em situação de isolamento habitam a última fronteira que resiste aos avanços de grandes empreendimentos econômicos e de infraestrutura, que ameaçam seus modos de vida. Além disso,



esses povos atuam como mantenedores da preservação de uma das últimas faixas de floresta tropical ainda preservada do mundo. Contudo o crescente interesse dos governos brasileiro e peruano em explorar madeira, petróleo e gás natural na região, ressuscitaram a ameaça contra a existência e os modos de vida dessas populações indígenas.

Projeto de extensionista: Disseminando informações sobre impactos sociais da epidemia do Zika vírus em escolas de Pernambuco

Autoria: Jeíza das Chagas Saraiva

A partir das ações previstas no Edital da Pró-Reitoria de extensão e Cultura- PROExC nº 05/2017, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, desenvolveu-se o projeto Zika Vírus: disseminando informações. A Semana de Ciência e Tecnologia busca socializar o conhecimento e integrar a comunidade científica e população, assim, esta proposta se mostrou inovadora pois buscou socializar o conhecimento obtidos em pesquisas tendo como público alunos e alunas, profissionais e familiares de três escolas estadual no município do Recife. O projeto teve por objetivo ser uma ação de pesquisa com caráter educativo e extensionista. Foi pensado a partir de uma ação/intervenção desenvolvida pelo Memorial da Medicina de Pernambuco, Instituto Papiro - Pesquisa e Consultoria Antropológica e Social e da pesquisa Etnografando Cuidados e Pensando Políticas de saúde e Gestão de Serviços para Mulheres e Seus Filhos com Distúrbios Neurológicos Relacionados a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) em Pernambuco, Brasil, realizada pelo Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES-UFPE). O projeto "Zika nas escolas: Disseminando informações" levou informações sobre aspectos sociais do Zika para alunos e alunas, familiares e profissionais de escolas pública. Abordando de uma perspectiva lúdica os cuidados com o corpo e a prevenção. Informou e levantou a reflexão sobre aspectos ligados a saúde sexual e reprodutiva. As discussões tiveram como fio condutor, desconstruir preconceitos em torno das crianças com SCZV e seus cuidadores com foco na temática da deficiência. Bem como, informou sobre direitos em saúde e assistenciais para as famílias. Projetos como este, além de extensionista, compartilha informações com a sociedade de maneira geral e leva aos participantes, neste caso jovens, a serem disseminadores/multiplicadores destas informações, atuando na prevenção, proteção e erradicação da proliferação do zika vírus por meio dos cuidados com o corpo.

[Trabalho completo](#)

Socio-environmental impacts in the history of indigenous Warao mobility

Autoria: Ana Catarina Zema de Resende

The situation of the indigenous Warao from Venezuela has brought to the center of the debate a theme that, although not new, remains poorly studied in Brazil: indigenous cross-border mobility. As indigenous people from Venezuela, the responses used to explain their displacement to Brazil coincide with the justifications for the arrival of all other Venezuelan immigrants, in which economic and political reasons are emphasized. The Brazilian government has treated these non-indigenous and indigenous migrants as "refugees" or "political refugees", expressions that have concrete legal implications. The purpose of this research is to show that, despite economic, social and political explanations, the mobility of Venezuelan indigenous Warao must be treated as a complex phenomenon that has its own historicity, intrinsically related to environmental and identity issues. In fact, throughout the twentieth century, the Warao has undergone several historical processes that prevented them from having the full enjoyment of their territories, and they experienced a



migration process from their lands to urban centers of Venezuela and other countries to gain access to services, consumer goods and to ensure the livelihoods of their families, especially by selling handicrafts. The main objective of the paper is to study the mobility of the Warao as an adaptation mechanism considering the social and environmental impacts that have historically compromised their way of life in their territories.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**